



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XVII CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO
INSTRUÇÕES AO CANDIDATO
PROVA OBJETIVA SELETIVA
Cuiabá – Mato Grosso**

17 de abril de 2011

01. A prova terá duração de 05 (cinco) horas.
02. Não será permitida nenhuma forma de consulta.
03. Os fiscais não prestarão esclarecimentos a respeito do conteúdo da prova. A interpretação das questões faz parte da prova.
04. Confira se seu caderno de prova contém todas as questões numeradas de 01 a 100. Existindo falha, chame o fiscal. Reclamações posteriores não serão aceitas.
05. Ao terminar a prova, devolva o cartão de respostas preenchido. **Não destaque a ficha de identificação.**
06. Preencher o cartão de respostas com caneta de tinta azul ou preta. Não rasure nenhuma questão. Não utilizar corretor.
07. Não escreva nada no cartão de respostas, além dos dados solicitados. Qualquer anotação feita no mesmo torná-lo-á nulo.
08. Atente para o tempo de preenchimento do cartão de respostas, pois, após a duração de 05 (cinco) horas os mesmos serão recolhidos.
09. Não haverá substituição do cartão de respostas.
10. Aguarde a ordem para abrir o caderno de questões.

COMISSÃO DE CONCURSO

BLOCO I

DIRETO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO

1) Assinale a alternativa CORRETA

- a) As regras de hermenêutica tem como origem apenas a jurisprudência e a doutrina.
- b) Para a doutrina dominante hermenêutica e interpretação são institutos desprovidos de qualquer diferença.
- c) A necessidade de interpretação atrela-se a razões de ordem ontológica, axiológica, gnoseológica e lógica.
- d) Na interpretação cabe ao juiz conhecer por presunção o fundamento ontológico;
- e) Os dispositivos de caráter imperativo terão aplicação imediata sobre todas as relações jurídicas.

2) Sobre a renúncia e transação de direitos trabalhistas é INCORRETO afirmar que:

- a) Os principais elementos da renúncia são a manifestação unilateral e consciente da vontade e a certeza do direito sobre o qual incide.
- b) O pedido de demissão formulado por empregado portador de estabilidade acidentária traduz hipótese de renúncia a direito trabalhista.
- c) Havendo a coexistência de dois regulamentos da empresa, a opção do trabalhador por um deles implica renúncia ao outro.
- d) A transação de direitos trabalhistas é passível de nulidade, inclusive quando feita com interveniência sindical;
- e) Rompido o contrato de empregado com mais de um ano de serviço, em hipótese alguma a transação extrajudicial terá validade sem assistência sindical ou do Ministério do Trabalho.

3) Analise as seguintes proposições acerca do trabalho na antiguidade, apontando ao final a alternativa CORRETA.

I - O escravo não tinha direito à vida, tanto que seu proprietário poderia matá-lo sem qualquer motivo e ficaria imune a qualquer tipo de sanção.

II – Embora em quantidade muito pequena, havia algumas normas garantido direitos aos escravos, como aquela que permitia trabalhos leves e domésticos em dias destinados ao repouso.

III – Somente os escravos e os pobres de classe mais baixa poderiam se obrigar por meio de *locatio conductio*.

IV - a *locatio conductio*, podia ser do tipo *rei, operis e operarum*.

- a) As alternativas II, III e IV estão corretas e a alternativa I está errada;
- b) as alternativas I e II estão corretas e as alternativas III e IV estão erradas;
- c) as alternativas I e IV estão corretas e as alternativas II e III estão erradas;
- d) As alternativas I, II e III estão corretas e a alternativa IV está errada;
- e) As alternativas III e IV estão corretas e a alternativas I e II erradas.

4) Pedro Antônio, policial militar, buscando melhorar o padrão de vida da família, passou a trabalhar nas folgas como segurança de um condomínio residencial. Além dele, ali prestavam serviços outros cinco policiais militares, de maneira que havia segurança 24 horas todos os dias da semana. Analisando o caso concreto é CORRETO dizer que:

- a) Não há vínculo de emprego, pois é proibido ao policial militar prestar serviços de segurança privada.
- b) Há vínculo de emprego, mas este é nulo de pleno direito, haja vista que o policial militar não poderia fazer segurança particular.
- c) É possível reconhecer o vínculo de emprego, desde que não haja penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.
- d) Há vínculo e emprego legítimo entre Pedro Antônio e o condomínio;
- e) Não há vínculo de emprego devido à ausência de personalidade na prestação de serviços.

5) Analise as seguintes proposições e ao final assinale a alternativa CORRETA.

I - A habitação, a energia elétrica e veículo fornecidos pelo empregador ao empregado, quando indispensáveis para a realização do trabalho, não têm natureza salarial, exceto no caso de veículo, se também é utilizado pelo empregado em atividades particulares.

II - O cigarro não pode ser considerado salário utilidade.

III - Os percentuais do salário utilidade definidos em lei se referem às hipóteses em que o empregado percebe salário mínimo, apurando-se, nas demais, o real valor.

IV - A cessão de bens destinados à produção para a subsistência não integram o salário do trabalhador rural, exceto se ficar demonstrado que havia excedente comercializável;

- a) As alternativas I e IV estão corretas e as alternativas II e III incorretas;
- b) As alternativas II e III estão corretas e as alternativas I e IV incorretas;
- c) As alternativas I e II estão corretas e as alternativas III e IV incorretas;
- d) As alternativas II e IV estão corretas e as alternativas I e III incorretas;
- e) As alternativas I, III e IV estão corretas e a alternativa II incorreta.

6) Acerca da regulamentação do trabalho do menor nas Constituições brasileiras, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Nenhuma norma sobre o tema havia nas constituições de 1824 e 1891;
- b) A Constituição de 1934 vedava qualquer trabalho aos menores de 14 anos;
- c) A constituição de 1937 vedava o trabalho noturno aos menores de 16 anos;
- d) A constituição de 1946 foi a primeira a proibir diferença salarial em razão da idade;
- e) A atual constituição veda o trabalho ao menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14.

7) De acordo com as regras atuais sobre o contrato de trabalho do menor assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O menor de 18 anos pode firmar contrato de trabalho, bem como tomar ciência do aviso prévio concedido pelo empregador, sem assistência dos responsáveis.
- b) Não corre nenhuma prescrição contra o trabalhador menor, inclusive para os sucessores se o menor falecer antes dos 18 anos.
- c) É válida a rescisão do contrato de trabalho efetuada pelo pai, sem a anuência do menor;
- d) Se o serviço executado pelo menor causar prejuízo físico ou moral, poderão os pais pleitear a extinção do contrato;
- e) O contrato de aprendizagem pode ser firmado com pessoas entre 14 e 24 anos;

8) No que tange à jornada de trabalho do bancário, analise as seguintes proposições e ao final assinale a alternativa CORRETA.

I - O bancário que exerce a função de direção, gerência, fiscalização, chefia ou outro cargo de confiança, como advogado, já tem remuneradas as duas horas extraordinárias excedentes de seis, desde que receba gratificação não inferior a um terço de seu salário.

II - Todo bancário que ocupa cargo de confiança cumpre jornada de trabalho de 8 (oito) horas, sendo extraordinárias as excedentes.

III - O caixa bancário, ainda que caixa executivo, está sujeito a jornada diária de seis horas, exceto se perceber gratificação igual ou superior a um terço do salário do posto efetivo, hipótese que sua jornada regular é de oito horas.

IV - O bancário exercente de função de confiança, que percebe a gratificação não inferior ao terço legal, ainda que norma coletiva contemple percentual superior, não tem direito às sétima e oitava horas como extras.

- a) As alternativas I, II estão corretas e as alternativas III e IV incorretas;
- b) As alternativas II e III estão corretas e as alternativas I e IV incorretas;
- c) As alternativas I, II e III estão incorretas e a alternativa IV correta;
- d) Todas as alternativas estão incorretas;
- e) As alternativas I e IV estão corretas e as alternativas II e III incorretas.

9) Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A remuneração do serviço suplementar é composta do valor da hora normal, acrescido do adicional previsto em lei, contrato, acordo, convenção coletiva ou sentença normativa.
- b) Integram cumulativamente a base de cálculo das horas extras os adicionais de periculosidade, insalubridade e noturno.
- c) O empregado remunerado à base de comissões, tem direito ao adicional de horas extras, calculado sobre o valor-hora das comissões recebidas no mês.
- d) O Empregado que recebe salário por produção e trabalha em sobrejornada não faz jus à percepção de horas extras.”

- e) O cálculo do valor das horas extras habituais, para efeito de reflexos em verbas trabalhistas, observará o número de horas efetivamente prestadas e a ele aplica-se o valor do salário-hora da época do pagamento dos reflexos.

10) Analise as seguintes proposições concernentes ao intervalo para recuperação térmica e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Para os empregados que trabalham no interior das câmaras frigoríficas e para os que movimentam mercadorias do ambiente quente ou normal para o frio e vice-versa, depois de uma hora e quarenta minutos de trabalho contínuo, será assegurado um período de vinte minutos de repouso;
- b) Aos empregados que prestam serviços em qualquer ambiente qualificado como artificialmente frio depois de uma hora e quarenta minutos de trabalho contínuo, será assegurado um período de vinte minutos de repouso;
- c) O tempo destinado ao intervalo para recuperação térmica é computado como parte da jornada de trabalho e deve ser remunerado normalmente.
- d) Artificialmente frio é o ambiente de trabalho com temperatura inferior aos limites fixados para cada zona climática de acordo com o mapa oficial do Ministério do Trabalho;
- e) No Mato Grosso considera-se clima artificialmente frio o local de trabalho cuja temperatura seja inferior a 10 (dez) graus celsius;

11) Relativamente a integração do salário utilidade à remuneração do trabalhador, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O veículo fornecido ao empregado, quando indispensável para a realização do trabalho, não têm natureza salarial, ainda que utilizado também em atividades particulares.
- b) Valor pago pela empresa, pela utilização em serviço, de veículo de propriedade do empregado, não configura salário utilidade.
- c) A alimentação fornecida pelo empregador, mediante cobrança de “preço de custo”, integra a remuneração do trabalhador.
- d) A moradia fornecida como contraprestação integra a remuneração do trabalhador para todos os efeitos legais, não integrando, entretanto, a base de cálculo das férias.
- e) Se fornecido para atendimento do Programa de Alimentação do Trabalhador ou por força de preceito convencional que lhe confira natureza idêntica ao PAT, o auxílio alimentação não se reveste de natureza salarial.

12) Assinale a alternativa INCORRETA

- a) As denominadas “luvas” qualificam-se como importância paga ao atleta em face da assinatura do contrato e, segundo jurisprudência, não tem natureza salarial.
- b) O direito de arena assegura a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humana e o valor recebido a esse título tem natureza salarial.

- c) Os adicionais de insalubridade e periculosidade, quando pagos com habitualidade, refletem na apuração do descanso semanal remunerado.
- d) O adicional de insalubridade e periculosidade não se acumulam, ainda que presente tanto o agente insalubre quanto o perigoso no mesmo ambiente de trabalho.
- e) Fere o princípio da isonomia a exclusão da participação nos lucros e resultados dos empregados demitidos antes do fim do exercício financeiro.

13) A partir da análise das proposições apresentadas, assinale a alternativa CORRETA.

I - É ilícita a alteração contratual que converte empregado de uma empresa em trabalhador doméstico no âmbito da residência do sócio proprietário.

II - A estipulação patronal de cláusula de sigilo, confidencialidade e não-concorrência, meses após a admissão traduz alteração contratual unilateral ilícita.

III - O empregador, no exercício do poder diretivo, tem o direito de alterar o horário de trabalho de seus empregados, mesmo anos após a admissão e ainda que isso inviabilize a manutenção de um segundo emprego já existente.

IV - Conquanto prevista inicialmente a prorrogação do contrato de experiência pelo período de trinta dias, não há óbice a que as partes no curso do contrato estipulem dilação superior, desde que situada dentro do limite legal de 90 dias.

- a) As alternativas I, II estão corretas e as alternativas III e IV incorretas;
- b) As alternativas II e IV estão corretas e as alternativas I e III incorretas;
- c) As alternativas II, III e IV estão incorretas e a alternativa I correta;
- d) Todas as alternativas estão incorretas;
- e) As alternativas I e IV estão corretas e as alternativas II e III incorretas.

14) Analise as seguintes proposições, assinalando ao final a alternativa CORRETA.

I – Assédio sexual é o ato de constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício do emprego, cargo ou profissão.

II – O assédio sexual pode se configurar tanto pelo constrangimento verbal, quanto não verbal.

III – Se o assédio é cometido por empregado contra colega de trabalho, poderá ele ser dispensado por justa causa na modalidade indisciplina.

IV – A responsabilidade por todos os danos causados pela prática do assédio sexual é personalíssima.

- a) As alternativas I, II estão corretas e as alternativas III e IV incorretas;
- b) As alternativas II e III estão corretas e as alternativas I e IV incorretas;
- c) As alternativas I, II e III estão incorretas e a alternativa IV correta;
- d) Todas as alternativas estão incorretas;

e) As alternativas I e IV estão corretas e as alternativas II e III incorretas.

15) Analise as seguintes proposições concernentes as hipóteses de justa causa e ao final assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Furto, roubo, estelionato e apropriação indébita qualificam-se como ato de improbidade.
- b) Prática incontinência de conduta o jogador de futebol que comparece com frequência a casas noturnas até altas horas para encontros amorosos, com consumo imoderado de bebidas alcóolicas.
- c) Comete indisciplina o empregado que se recusa a cumprir uma determinação geral e legítima emitida por diretor da empresa.
- d) Considera-se justa causa do empregado bancário a falta reiterada de pagamento de dívidas legalmente exigíveis.
- e) A embriaguez habitual atualmente tem sido cada vez mais vista como uma doença crônica do que como uma hipótese que enseje justa causa.

16) Petronio trabalhava como guarda noturno para a pessoa jurídica Mato Quebrado. Recebia salário mínimo. Sua jornada era das 22h às 05h, sem intervalo. Tirava quatro folgas consecutivas somente depois de 24 dias trabalhados. Diante desta situação assinale a alternativa CORRETA.

- a) O direito ao descanso semanal remunerado era respeitado, pois na média Petronio tinha uma folga por semana, e não faz jus a qualquer pagamento a este título;
- b) O direito ao descanso semanal foi totalmente violado e o trabalhador tem direito ao pagamento em dobro da remuneração equivalente a quatro dias.
- c) pelo desrespeito ao descanso semanal Petronio tem direito a receber a remuneração de quatro dias de forma simples.
- d) O direito ao descanso semanal foi desrespeitado em relação as três primeiras semanas, mas está correto em relação a última.
- e) Petronio tem direito ao adicional noturno, mas este não influi na apuração do descanso semanal remunerado.

17) A construtora Nortão Adentro está construindo um edifício de 20 andares na cidade de Colider. No térreo e no décimo andar há tanques com líquido inflamável em quantidade elevada. Diante dessa situação assinale a alternativa CORRETA.

- A) Nenhum trabalhador tem direito ao adicional de periculosidade, pois o armazenamento em tanques afasta o agente considerado perigoso;
- B) Todos os trabalhadores do térreo e do décimo andar tem direito ao adicional de periculosidade.
- C) Somente os trabalhadores do térreo e do décimo andar que de alguma forma manipulam o inflamável é que tem direito ao adicional de periculosidade;
- D) Todos os trabalhadores da área interna do edifício tem direito ao adicional de periculosidade.

E) Todos os trabalhadores da área interna e externa do edifício tem direito ao adicional de periculosidade.

18) Admitida em 03.02.2003, Aristelina aposentou-se por invalidez em 05.08.2010. Antes disso, ficou afastada por motivo de doença durante um ano e meio. Ao longo do período trabalhado lhe foram sonegados diversos direitos em relação aos quais avalia o momento mais apropriado para demandar em juízo, afinal de contas acredita que irá se restabelecer e voltará ao trabalho. Assinale a alternativa CORRETA.

- A) A aposentadoria por invalidez equivale à dissolução do vínculo de emprego, fluindo a prescrição bienal a partir da concessão.
- B) Uma vez que a aposentadoria por invalidez suspende o contrato de trabalho, não há qualquer prescrição durante a sua concessão.
- C) A aposentadoria por invalidez não impede a fluência da prescrição quinquenal, exceto absoluta impossibilidade de acesso ao Judiciário.
- D) A aposentadoria por invalidez, diversamente do afastamento por motivo de doença, não impede a fluência da prescrição em nenhuma situação.
- E) A aposentadoria por invalidez e o afastamento por motivo de doença são hipóteses de suspensão do contrato de trabalho e da contagem de qualquer prescrição.

19) Eliodoro trabalhou durante 18 meses para a empresa Bota Fora Lixo Ltda. Recebia salário mínimo, anotado na CTPS, mais R\$ 200,00 não contabilizados. Dispensado, recebeu as parcelas rescisórias calculadas apenas em relação ao valor anotado na CTPS. Ajuizou ação, alegando direito às diferenças. Não houve contestação quanto à alegação de pagamento extrafolha. Nesta hipótese, acerca da multa do art. 477, § 8º da CLT (aplicável pelo atraso no pagamento das parcelas rescisórias) e CORRETO dizer:

- a) É incabível, pois esta somente tem lugar nos casos em que não ocorra qualquer pagamento.
- b) A multa é devida em valor equivalente ao salário anotado na CTPS.
- c) A multa não é devida, pois o pagamento por fora se dava com anuência do trabalhador e este não pode se beneficiar da própria torpeza.
- d) A multa é devida em valor equivalente ao anotado na CTPS, mais a importância paga extrafolha.
- e) A multa somente seria devida, com natureza punitiva, na hipótese de o empregador negar o pagamento não contabilizado.

20) Nicássio trabalhou como professor numa Escola particular. Ao Final do ano letivo soube que seria dispensado. Recebeu o saldo de salário referente aos dias trabalhados em dezembro, além de férias e décimo terceiro salário, assim como a documentação para habilitação ao seguro-desemprego e saque do FGTS com a multa de 40%. Diante dessa situação, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A dispensa é nula, pois Nicássio somente poderia ser dispensado após o término das férias escolares.

- b) A dispensa é nula, pois não foram pagas as parcelas relativas ao período de férias escolares.
- c) A dispensa é válida e não há direitos pendentes de quitação;
- d) A dispensa é válida, mas além do que foi pago, Nicássio tem direito exclusivamente aos salários correspondentes ao período de férias escolares.
- e) A dispensa é válida, mas Nicássio tem direito aos salários correspondentes ao período de férias escolares, bem como ao aviso prévio indenizado.

21) Alessandra, no curso do aviso prévio, foi se sentindo cada dia mais chateada com o desemprego iminente. Ao seu ver fora injustiçada, pois a escolha para dispensa deveria recair sobre outra empregada que desempenhava função idêntica. A injustiça ao ver de Alessandra era porque acreditava ser mais competente. Arrasada com a situação, dirigiu-se ao chefe exigindo explicações. Esse respondeu que não devia satisfações, pois, como empregador, tinha o direito de demiti-la. Alessandra, aos gritos, agrediu seu chefe com palavras de baixo calão, além de ter lançado contra ele um pequeno objeto. Diante dessa situação, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A hipótese qualifica-se como culpa recíproca;
- b) Trata-se de hipótese de justa causa da empregada, que por ter sido cometida no curso do aviso prévio não influi nos direitos rescisórios.
- c) Trata-se de culpa recíproca e retira do empregado os direitos às verbas rescisórias de natureza salarial.
- d) Trata-se de justa causa da empregada e retira o direito a todas as verbas rescisórias.
- e) Trata-se de justa causa da empregada e retira o direito a todas as verbas rescisórias de natureza indenizatória.

22) Analise as seguintes proposições e ao final, assinale a alternativa CORRETA.

I - Os dias de férias gozados após o período legal de concessão deverão ser remunerados em dobro.

II – O adicional de periculosidade integra a apuração das horas de sobreaviso.

III – Na concomitância de cláusula contratual e norma coletiva estipulando adicional por tempo de serviço, o empregado tem direito a receber cumulativamente.

IV - A prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS.

- a) As alternativas I, II estão corretas e as alternativas III e IV incorretas;
- b) As alternativas II e III estão corretas e as alternativas I e IV incorretas;
- c) As alternativas I, II e III estão incorretas e a alternativa IV correta;
- d) Todas as alternativas estão incorretas;
- e) As alternativas I e IV estão corretas e as alternativas II e III incorretas.

23) No que é pertinente às hipóteses de movimentação da conta vinculada do FGTS, assinale a alternativa INCORRETA

- a) Pode ocorrer na despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior;
- b) É permitida no caso de falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;
- c) É admitida para pagamento total ou parcial do preço de aquisição de moradia própria, ou lote urbanizado de interesse social não construído, desde que o mutuário contar com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes e seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;
- d) No caso de extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários, assim como na hipótese de suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 90 (noventa) dias.
- e) Pode ser movimentada, desde que o valor se destine à aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização, permitida a utilização máxima de 30 % (trinta por cento) do saldo existente e disponível na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na data em que exercer a opção.

24) Analise as seguintes proposições e ao final assinale a alternativa CORRETA.

I - É devido ao empregado público o reconhecimento da estabilidade provisória decorrente da legislação eleitoral (Lei nº 9.504/97) no lapso do aviso prévio indenizado.

II - O empregado público demitido durante o período de estabilidade provisória decorrente de pleito eleitoral, deverá ser indenizado pelo lapso temporal estável que ainda não estiver transcorrido.

III - No caso de nulidade da eleição para representante da CIPA, o mandato anterior se prorroga até complementação do processo eleitoral, assim como a estabilidade no emprego.

IV - A estabilidade em período que antecede às eleições contida na Lei Eleitoral (9.504/97) não se configura na hipótese de transferência da exploração do transporte do Município para nova concessionária.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Todas as alternativas estão incorretas.
- c) As alternativas I e III e IV estão incorretas e a alternativa II correta.
- d) As alternativas II e III estão corretas e as alternativas I e IV incorretas.
- e) As alternativas I e II estão corretas e as alternativas III e IV incorretas.

25) Empregado de um banco, contratado para a função de escriturário, tinha como principais atribuições, atendimento ao público, abertura de contas e atividades burocráticas em geral. Como era exímio conhecedor de informática, foi solicitado que além daquelas atividades, sem mudança de horário, também desenvolvesse um programa de computador (software), que, devido a sua

qualidade e eficiência, passou a ser utilizado por toda a rede de agências bancárias do País. Diante dessa situação assinale a alternativa CORRETA.

- a) O empregado não tem direito sobre a invenção, mas apenas às diferenças entre o salário recebido e aquele pago ao empregados contratados pela empresa para desenvolver softwares (programadores).
- b) O empregado tem direito a receber além do salário de escriturário, também importância equivalente aquela paga aos programadores, devido ao acúmulo de funções.
- c) O empregado não tem qualquer direito decorrente da invenção, visto que a criação do software ocorreu dentro do mesmo horário de trabalho inicialmente contratado;
- d) É devida a justa remuneração, pois, na hipótese, o escriturário se enquadra como criador de invenções casuais.
- e) É devida uma remuneração equivalente ao valor de cada cópia do software criado.

26) Analise as seguintes proposições e ao final assinale a alternativa CORRETA:

- I - O Direito do Trabalho rejeita o dano moral por ricochete.
- II – O Direito do Trabalho e normas de outras fontes aceitam o dano moral por ricochete, mas limitam os beneficiários;
- III – O dano moral é personalíssimo;
- IV – O dano moral por ricochete só acontece na hipótese de morte do trabalhador.

- a) As proposições I e IV estão corretas e as proposições II e III incorretas;
- b) As proposições II e III estão corretas e as proposições I e IV incorretas;
- c) As proposições II, III e IV estão corretas e a proposição I incorreta;
- d) As proposições I, III e IV estão corretas e a proposição II incorreta;
- e) Todas as proposições estão corretas.

27) Analise as seguintes proposições e ao final assinale a alternativa CORRETA.

I - A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados.

II - O equipamento de proteção só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho.

III - Os locais de trabalho deverão ter, no mínimo, 3 (três) metros de pé-direito, assim considerada a altura livre do piso ao teto. Poderá ser reduzido esse mínimo desde que atendidas as condições de iluminação e conforto térmico compatíveis com a natureza do trabalho, sujeitando-se tal redução ao controle do órgão competente em matéria de segurança e medicina do trabalho.

IV - Os locais de trabalho deverão ter ventilação natural, compatível com o serviço realizado. A ventilação artificial será obrigatória sempre que a natural não preencha as condições de conforto térmico.

- a) As proposições I e IV estão corretas e as proposições II e III incorretas;
- b) As proposições II e III estão corretas e as proposições I e IV incorretas;
- c) As proposições II, III e IV estão corretas e a proposição I incorreta;
- d) As proposições I, III e IV estão corretas e a proposição II incorreta;
- e) Todas as proposições estão corretas.

28 - Assinale a alternativa que traz uma afirmação CORRETA, à luz da jurisprudência do C. TST:

a) Tendo em vista a previsão constitucional que determina a observância do pactuado em negociação coletiva, deve ser privilegiado o que pactuado pelas partes convenientes, inclusive em matéria de garantia de emprego, sendo válida, por exemplo, cláusula que estabeleça a possibilidade de transação, pela gestante, das garantias referentes à manutenção do emprego e salário, desde que haja livre manifestação de vontade.

b) É contrária ao espírito da lei (art. 477, § 7º, da CLT) e da função precípua do Sindicato a cláusula coletiva que estabelece taxa para homologação de rescisão contratual, a ser paga pela empresa a favor do sindicato profissional.

c) A representação sindical, apesar de, em princípio, abranger toda a categoria, comporta separação fundada na maior ou menor dimensão de cada ramo ou empresa.

d) É irrelevante, para fins de caracterização da greve como abusiva, o fato de as partes, antes de a levarem a efeito, terem ou não tentado, direta e pacificamente, solucionar o conflito que lhe constitui o objeto.

e) Se os estatutos da entidade sindical contam com norma específica que estabeleça prazo mínimo entre a data de publicação do edital convocatório e a realização da assembléia correspondente, trata-se de regra procedimental *interna corporis*, de modo que a validade dessa assembléia, em tal hipótese, prescinde da observância do referido interregno.

29 - À luz da Lei nº 7.783/89, em relação ao direito de greve, qual das alternativas a seguir indica um serviço ou atividade que NÃO é considerado essencial para os fins daquela lei:

- a) Tratamento e abastecimento de água.
- b) Produção e distribuição de gás.
- c) Assistência médica e hospitalar.
- d) Vigilância bancária.
- e) Comercialização de alimentos.

30 - Assinale o item que, à luz da legislação, contém uma afirmação CORRETA:

- a) Inexiste previsão legal que autorize o Ministério Público do Trabalho a atuar como árbitro, se assim for solicitado pelas partes, nos dissídios de competência da Justiça do Trabalho.
- b) As Convenções e os Acordos Coletivos entrarão em vigor imediatamente após a sua publicação na imprensa oficial.
- c) Não será permitido estipular duração de Convenção ou Acordo superior a 1 (um) anos.
- d) As condições estabelecidas em Convenção Coletiva, quando mais favoráveis, prevalecerão sobre as estipuladas em Acordo Coletivo.
- e) Disposição de contrato individual de trabalho que contrarie normas de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, ainda que se trate de disposição menos benéfica ao trabalhador, poderá prevalecer na execução do pacto, desde que acompanhada de declaração firmada pelo empregado a respeito da ciência da norma coletiva conflitante.

31 - A respeito das federações, confederações e centrais sindicais, assinale a alternativa que contém uma afirmação FALSA:

- a) Considera-se central sindical, para os efeitos do disposto na regulamentação específica a respeito, a entidade associativa de direito privado composta por organizações sindicais de trabalhadores.
- b) A central sindical, entidade de representação geral dos trabalhadores, constituída em âmbito nacional, tem como atribuições e prerrogativas previstas em lei coordenar a representação dos trabalhadores por meio das organizações sindicais a ela filiadas e participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores.
- c) O montante correspondente a 10% da contribuição sindical dos trabalhadores deve ser repassado às centrais sindicais.
- d) As Federações e, na falta desta, as Confederações e, caso estas também não existam, as centrais sindicais representativas de categorias profissionais poderão celebrar convenções coletivas de trabalho para reger as relações das categorias a elas vinculadas, inorganizadas em Sindicatos, no âmbito de suas representações.
- e) É facultado aos Sindicatos, quando em número não inferior a 5 (cinco), desde que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, organizarem-se em federação.

32 - Assinale a alternativa que, de acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, contém uma afirmação FALSA:

a) As cláusulas coletivas que estabeleçam contribuição em favor de entidade sindical, a qualquer título, obrigando trabalhadores não sindicalizados, são ofensivas ao direito de livre associação e sindicalização, constitucionalmente assegurado, e, portanto, nulas, sendo passíveis de devolução, por via própria, os respectivos valores eventualmente descontados.

b) Fere o princípio da isonomia salarial a previsão de salário normativo tendo em vista o fator tempo de serviço.

c) Os descontos efetuados com base em cláusula de acordo firmado entre as partes não podem ser superiores a 70% do salário base percebido pelo empregado, pois deve-se assegurar um mínimo de salário em espécie ao trabalhador.

d) Viola a Constituição Federal cláusula de instrumento normativo que estabelece a preferência, na contratação de mão de obra, do trabalhador sindicalizado sobre os demais.

e) O edital de convocação para a assembleia de trabalhadores deve ser publicado em jornal que circule em cada um dos municípios componentes da base territorial.

33 - No que se refere ao exercício do direito de greve, assinale a alternativa que contém uma afirmação FALSA:

a) A entidade patronal correspondente ou os empregadores diretamente interessados serão notificados, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, da paralisação.

b) É abusiva a greve que se realiza em setores que a lei define como sendo essenciais à comunidade, se não é assegurado o atendimento básico das necessidades inadiáveis dos usuários do serviço, na forma prevista na Lei nº 7.783/89.

c) Observadas as condições previstas em lei, a participação em greve suspende o contrato de trabalho, devendo as relações obrigacionais, durante o período, ser regidas pelo acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho.

d) São assegurados aos grevistas, dentre outros direitos, o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar os trabalhadores a aderirem à greve.

e) Durante a greve, o sindicato ou a comissão de negociação, mediante acordo com a entidade patronal ou diretamente com o empregador, manterá em atividade equipes de empregados com o propósito de assegurar os serviços cuja paralisação resultem em prejuízo irreparável, pela deterioração irreversível

de bens, máquinas e equipamentos, bem como a manutenção daqueles essenciais à retomada das atividades da empresa quando da cessação do movimento.

34- Quanto à liberdade sindical e outros princípios atinentes ao direito coletivo do trabalho, assinale qual dos itens corresponde a uma afirmativa FALSA:

a) A Convenção nº 87 da OIT, que trata sobre liberdade sindical, não foi ratificada pelo Brasil, o que não traz maiores repercussões já que referida norma não foi reconhecida por aquele Organismo como uma de suas convenções fundamentais.

b) Caracteriza conduta antissindical a estipulação em norma coletiva de cláusula segundo a qual o empregador efetua transferência de recursos aos sindicatos obreiros sem os correspondentes descontos remuneratórios dos trabalhadores da categoria respectiva, tratando-se de conduta que ofende o princípio da liberdade sindical e normas em vigor no Brasil.

c) Pelo princípio da adequação setorial negociada, as normas autônomas juscoletivas podem prevalecer sobre o padrão geral heterônomo desde que implementem um padrão setorial de direitos superior ao padrão geral oriundo da legislação heterônoma ou quando transacionem setorialmente parcelas justralhistas de indisponibilidade apenas relativa (e não absoluta, que são aquelas parcelas imantadas por uma tutela de interesse público, por constituírem um patamar civilizatório mínimo).

d) De acordo com o princípio da interveniência sindical na normatização coletiva, a validade do processo negocial coletivo submete-se necessariamente à intervenção do ente sindical da categoria profissional.

e) No Brasil vigora o princípio da unicidade sindical.

35 - Analisando se os itens abaixo (I a IV) contêm proposições verdadeiras ou falsas, indique qual alternativa corresponde, em ordem sequencial, à CORRETA análise dos itens:

I - O delegado sindical não é beneficiário da estabilidade provisória prevista no art. 8º, VIII, da CF/1988.

II - Membro de conselho fiscal de sindicato tem direito à estabilidade prevista nos arts. 543, § 3º, da CLT e 8º, VIII, da CF/1988, porquanto atua na defesa de direitos da categoria respectiva, na gestão financeira do sindicato.

III - O art. 522 da CLT, que limita a sete o número de dirigentes sindicais, foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988.

IV- O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.

V - Havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, não há razão para subsistir a estabilidade do empregado dirigente sindical.

- a) I - verdadeira; II - verdadeira; III - falsa; IV - verdadeira; V - falsa.
- b) I - verdadeira; II - verdadeira; III - verdadeira; IV - verdadeira; V - verdadeira.
- c) I - falsa; II - falsa; III - verdadeira; IV - falsa; V - falsa.
- d) I - falsa; II - falsa; III - falsa; IV - falsa; V - verdadeira.
- e) I - verdadeira; II - falsa; III - verdadeira; IV - verdadeira; V - verdadeira.

DIREITO ADMINISTRATIVO

36 – Quanto aos atos administrativos, princípios e poderes da Administração, assinale a alternativa que contém uma afirmativa FALSA:

- a) Dentre os elementos do ato administrativo, a competência e a finalidade são elementos vinculados, previstos em lei, ao passo que o motivo e o objeto podem ser vinculados ou discricionários.
- b) O princípio da razoabilidade, conquanto não esteja consagrado expressamente na legislação federal que rege a atuação da Administração como princípio a ser observado na conduta da Administração Pública, revela-se importante instrumento para o controle jurisdicional da discricionariedade administrativa.
- c) O poder de polícia pode ser definido como atividade da administração pública que, limitando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, dentre outras razões de interesse público.
- d) O princípio da eficiência enseja para o agente público o dever de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional.
- e) De acordo com Súmula do Supremo Tribunal Federal, a Administração Pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade.

37 - Assinale a alternativa que contém uma afirmação CORRETA:

- a) O princípio da supremacia do interesse público, embora tradicionalmente consagrado na doutrina administrativista, vem sendo criticado como princípio na atualidade, sendo um dos fundamentos da crítica o fato de que a supremacia do interesse público não poderia ser invocada por si só, na condição de princípio, para restringir direitos fundamentais consagrados constitucionalmente em situação na qual a restrição não encontre amparo normativo-constitucional.

b) O abuso do poder administrativo pode decorrer do excesso de poder, caracterizado quando o agente, embora dentro de sua competência, afasta-se do interesse público que deve nortear o desempenho administrativo, bem como pelo desvio de poder, que ocorre quando o agente atua fora dos limites de sua competência.

c) Embora os limites do exercício do poder regulamentar devam ser observados, não é possível que o Poder Legislativo suste atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, tendo em vista o princípio da separação de poderes.

d) A adoção pela lei de conceitos jurídicos indeterminados faz com que o ato administrativo fundado naquela lei seja insuscetível de controle jurisdicional em relação à verificação de eventual desvio de finalidade ou da compatibilização ou não com o princípio da razoabilidade, por respeito à opção do legislador quanto à total liberdade de agir da Administração em tal situação.

e) Considerando-se que os órgãos da Administração Pública são desprovidos de personalidade jurídica, a jurisprudência não admite que um órgão da Administração, ainda que de elevada estatura no âmbito da organização do Poder Público, possa ser dotado de "personalidade judiciária" para atuar em juízo na defesa de suas prerrogativas e competências.

38 - O direito de greve dos servidores públicos ensejou desde a edição da Carta de 1988 uma série de controvérsias a respeito do seu reconhecimento. À luz das normas a respeito do tema e da atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa que contém uma afirmação FALSA:

a) A Constituição Federal estabelece, em sua atual redação, que o direito de greve dos servidores públicos será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.

b) O STF, considerando, dentre outros fundamentos, que a mora legislativa a respeito já havia sido, por diversas vezes, declarada por aquela Corte, reconheceu que é possível o exercício do direito de greve por parte dos servidores públicos civis.

c) O exercício do direito de greve pelos servidores públicos civis deve observar, ainda de acordo com o STF, até que sobrevenha regulamentação específica, a Lei nº 7.783/1989, com as necessárias adaptações à luz do princípio da continuidade do serviço público, considerando-se, por exemplo, que o rol de atividades essenciais previstos naquela lei seria exemplificativo para os fins de sua aplicação à greve dos servidores públicos civis.

d) Considerando-se o seu caráter de direito fundamental e a aplicabilidade da Lei nº 7.783/1989, o STF decidiu que, como regra geral, os salários dos dias de paralisação deverão ser pagos.

e) O STF asseverou que os parâmetros normativos adotados por aquela Corte para delimitar a possibilidade do exercício do direito de greve dos servidores públicos civis na ausência de regulamentação não impedem que, futuramente, o legislador infraconstitucional confira novos contornos acerca da adequada configuração da disciplina desse direito constitucional.

39 - Quanto aos atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa que contém uma afirmativa FALSA:

a) De acordo com a Lei nº 8.429/92, os atos de improbidade são aqueles praticados por agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.

b) Estão também sujeitos às penalidades da Lei nº 8.429/92 os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

c) Reputa-se agente público, na forma da Lei nº 8.429/92, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades definidas na referida lei.

d) As disposições da Lei nº 8.429/92 são aplicáveis, no que couber, àquele que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta desde que seja ele agente público.

e) São exemplos de ato de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública frustrar a licitude de concurso público e retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.

40- Quanto ao regime jurídico da administração indireta, assinale a alternativa que contém uma afirmação FALSA:

a) A proibição de acumular cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

b) Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.

c) Somente por lei poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei específica, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

d) Os limites de remuneração e subsídios previstos no art. 37, XI, da Constituição Federal são aplicáveis às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos

Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

e) Nas sociedades de economia mista, diversamente do que ocorre nas empresas públicas, o capital pode ser formado pela conjugação de recursos das pessoas integrantes da Administração Pública e da iniciativa privada.

41 - Analisando se os itens abaixo (I a III) contêm proposições verdadeiras ou falsas, indique qual alternativa corresponde, em ordem sequencial, à CORRETA análise dos itens:

I) O princípio da segurança jurídica, consagrado expressamente como princípio na legislação que rege a conduta da Administração Pública Federal, investe o administrado em posição de proteção à sua confiança diante de atos dotados de aparente legalidade e legitimidade da administração.

II) A proteção à confiança e a exigência de boa-fé na conduta da Administração acarreta, em regra, a proibição da prática de comportamentos contraditórios (*venire contra factum proprium*), o que se dá quando a Administração, desprovida de fundamento normativo que a ampare, pratica atos que contrariam a conduta administrativa anterior, a qual havia investido o particular em uma legítima posição de confiança.

III) De acordo com a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, há direito subjetivo do candidato à nomeação em caso de aprovação dentro do número de vagas anunciadas em edital de concurso público pela Administração.

a) item I: falsa; item II: falsa; item III: verdadeira.

b) item I: verdadeira; item II: verdadeira; item III: falsa.

c) item I: verdadeira; item II: falsa; item III: verdadeira.

d) item I: falsa; item II: verdadeira; item III: verdadeira.

e) item I: verdadeira; item II: verdadeira; item III: verdadeira.

42 - Assinale a alternativa que contém uma afirmação VERDADEIRA:

a) À luz da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, a despedida de empregados de empresa pública e de sociedade de economia mista, se admitidos por concurso público, depende de ato motivado para sua validade.

b) De acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, o servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional não é beneficiário da estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988.

c) O Supremo Tribunal Federal suspendeu a eficácia do art. 39, caput, da Constituição Federal, o que ensejou o retorno à redação anterior do dispositivo, pela qual havia sido instituído o regime jurídico único, conferindo a Corte eficácia *ex nunc* à decisão, subsistindo a legislação editada na vigência do dispositivo suspenso.

d) A exigência constitucional da prévia aprovação em concurso público para preenchimento de cargo ou emprego público faz com que não seja permitido aos gestores locais do sistema único de saúde admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

e) São formas de provimento em cargo público, à luz da legislação em vigor, a nomeação, a readaptação, a reversão, o aproveitamento, a ascensão, a reintegração e a recondução.

43) Quanto aos bens públicos, assinale o item que contém uma afirmação CORRETA:

a) São bens da União as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei, sendo que as terras devolutas não compreendidas nestas são pertencentes aos Estados;

b) Os bens das empresas públicas, como os da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), são, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, penhoráveis, já que não podem ser considerados bens públicos.

c) Os bens públicos dominicais, que são aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades, são inalienáveis, ante sua qualidade de bem público.

d) São bens da União as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países, as praias marítimas, as ilhas oceânicas e as costeiras, incluídas, nestas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal.

e) Bens de uso especial são aqueles destinados ao uso pelos indivíduos, que, pela sua relevância, ganham caráter especial, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.

44 - Assinale a alternativa que contém uma afirmação FALSA:

a) A pretensão da Administração de ressarcimento ao erário é imprescritível.

b) Os elementos colhidos em inquérito civil público gozam da presunção de veracidade e legitimidade inerente aos atos administrativos em geral.

c) A atuação da polícia administrativa (ou ciclo de polícia) é constituída das seguintes etapas: ordem de polícia, consentimento de polícia, fiscalização de polícia e sanção de polícia.

d) Atos administrativos complexos são aqueles que não se compõe de vontades autônomas, embora múltiplas, havendo uma vontade autônoma e outras manifestações meramente instrumentais, que se limitam à verificação de legitimidade de ato de conteúdo próprio.

e) De acordo com a teoria dos motivos determinantes, tais motivos é que

determinam e justificam a realização do ato e, por isso mesmo, deve haver perfeita correspondência entre eles e a realidade.

45 - Assinale a alternativa que contém uma afirmação FALSA:

a) As agências reguladoras, expressão do fenômeno chamado de deslegalização ou deslegifcação, têm natureza de autarquia, sendo que as leis de instituição de algumas delas atribuem-lhes a qualidade de autarquia submetida a regime autárquico especial.

b) São serviços públicos coletivos (*uti universi*) aqueles prestados para agrupamentos indeterminados de indivíduos, de acordo com as opções e prioridades da Administração, como por exemplo pavimentação de ruas.

c) São serviços públicos singulares (*uti singuli*) aqueles que preordenam-se a destinatários individualizados, sendo mensurável a utilização por cada um dos indivíduos.

d) As matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade, de acordo com a lei, podem ser objeto de delegação.

e) A Polícia Administrativa incide basicamente sobre atividades dos indivíduos, ao passo que a Polícia Judiciária preordena-se ao indivíduo em si, isto é, à pessoa a quem se atribui a prática de ilícito penal.

DIREITO PENAL

46) A ocorrência de arrependimento posterior:

- a) isenta o réu da pena;
- b) suspende a pena pelo prazo de dois anos;
- c) impede a condenação a pena privativa de liberdade;
- d) reduz a pena a ser aplicada de um a dois terços;
- e) suspende a pena pelo prazo de um ano.

47) O erro de tipo essencial e inescusável exclui:

- a) o dolo, mas não a culpa;
- b) o dolo e a culpa;
- c) a culpa, mas não o dolo;
- d) a tentativa;
- e) o nexo causal.

48) Fabrício, com a intenção de seqüestrar o filho de seu patrão para obter vantagem monetária com o preço do resgate, compra cordas, furta um carro e arruma o local que serviria como cativo. No entanto, dois dias antes de efetivar seu intento, seus planos são descobertos. Diante desses fatos, Fabrício:

- a) não responderá por qualquer crime;
- b) responderá apenas pelo crime de furto consumado;
- c) responderá por tentativa de extorsão mediante seqüestro e furto consumado;

- d) responderá por tentativa de extorsão mediante seqüestro e furto tentado;
- e) responderá apenas por tentativa de seqüestro.

49) Sobre os efeitos da reincidência, podemos afirmar que:

- a) pode ser considerada como circunstância judicial para aumentar a pena-base;
- b) impede a concessão de progressão de regime;
- c) é uma agravante preponderante;
- d) aumenta o prazo da prescrição da pretensão punitiva em um terço;
- e) aumenta o prazo da prescrição da pretensão punitiva em dois terços.

50) A respeito do crime de falso testemunho, assinale a alternativa CORRETA:

- a) o fato deixa de ser punível se, mesmo depois da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade;
- b) o fato deixa de ser punível se, mesmo depois da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, mas antes da sentença na ação penal, o agente se retrata ou declara a verdade;
- c) o fato jamais deixa de ser punível;
- d) o fato só deixa de ser punível se ocorrer a prescrição;
- e) o crime é apenado com reclusão de um a três anos e multa, podendo a pena ser aumentada de um sexto a um terço, se for praticado mediante suborno.

BLOCO II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

51) É INCORRETO dizer que:

- a) A Constituição Feral admite o exercício da coação por dívida sobre a pessoa em dois casos: do devedor de alimentos e do depositário infiel;
- b) É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
- c) O depositário judicial que aliena o bem objeto da penhora comete estelionato na modalidade defraudação de penhor, consoante jurisprudência pacificada;
- d) O protesto admitido na execução trabalhista qualifica-se como ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos judiciais.
- e) A execução direta independe da participação do devedor.

52) Analise as seguintes proposições e depois assinale a alternativa CORRETA:

I - As normas que tratam da impenhorabilidade do bem de família, tem como principal fundamento a dignidade da pessoa humana.

II – São impenhoráveis os móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida.

III - O conceito de impenhorabilidade de bem de família não abrange o imóvel ocupado por pessoa solteira e sem filhos, pois nesse caso não está configurada a família.

IV – é sempre nula a penhora de valores depositados em caderneta de poupança.

- a) As alternativas I e IV estão corretas e as alternativas II e III incorretas;
- b) As alternativas II e III estão corretas e as alternativas I e IV incorretas;
- c) As alternativas I e II estão corretas e as alternativas III e IV incorretas;
- d) As alternativas II e IV estão corretas e as alternativas I e III incorretas;
- e) As alternativas I, III e IV estão corretas e a alternativa II incorreta.

53) Analise as seguintes proposições e depois assinale a alternativa CORRETA:

I - O objeto da alienação realizada na recuperação judicial estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações derivadas da legislação do trabalho.

II - Na recuperação judicial os empregados do devedor contratados pelo arrematante serão admitidos mediante novos contratos de trabalho.

III - A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até três anos após averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação.

IV - A citação válida da pessoa jurídica interrompe a prescrição em relação aos responsáveis solidários da obrigação fiscal, mas no caso de redirecionamento da execução, há prescrição intercorrente se decorridos mais de cinco anos entre a citação da empresa e a citação pessoal dos sócios.

- a) As alternativas I, II e IV estão corretas e a alternativa III incorreta;
- b) As alternativas II e III estão corretas e as alternativas I e IV incorretas;
- c) As alternativas I e II estão corretas e as alternativas III e IV incorretas;
- d) As alternativas II e IV estão corretas e as alternativas I e III incorretas;
- e) As alternativas I, III e IV estão corretas e a alternativa II incorreta.

54) Analise as seguintes proposições e depois assinale a alternativa CORRETA:

I – Não configura conflito de competência a constrição de bens dos sócios da empresa em recuperação judicial, salvo se o Juízo universal estender sobre os mesmos os efeitos da recuperação;

II – Deferida a recuperação judicial, a Justiça do Trabalho não pode promover o redirecionamento da execução para outra empresa do mesmo grupo;

III – A morte do executado de débito trabalhista impõe necessariamente a habilitação do crédito perante o processo de inventário;

IV – A arrematação extingue as hipotecas inscritas no imóvel e o vínculo hipotecário sub-roga-se no preço.

- a) As proposições I e III estão corretas e as proposições II e IV incorretas;
- b) As proposições I e IV estão corretas e as proposições II e III incorretas;
- c) As proposições II e III estão corretas e as proposições I e IV incorretas.
- d) As proposições II, III e IV estão corretas a proposição I incorreta;
- e) As proposições I, II e III estão corretas e a proposição IV incorreta.

55) Quanto às regras que norteiam a prova no Processo do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os textos colhidos de e-mails nunca são inadmissíveis como prova, visto que não contam com assinatura do emitente, condição de validade indispensável aos documentos particulares, exceto se tiverem sido certificados pelo ICP - Brasil;
- b) O magistrado poderá indeferir a perícia se além da formação em direito também possuir conhecimento técnico especializado na matéria objeto da perícia.
- c) As fotografias digitais não servem como prova, haja vista que não possuem negativo e a lei exige apresentação destes.
- d) Documento ideologicamente falso é aquele que apesar de não adulterado traz informação não verdadeira, cabendo impugná-lo via incidente de falsidade documental;
- e) Regra geral o médico pode se recusar a apresentar prontuário de paciente, mesmo que instado judicialmente a fazê-lo.

56) No que tange aos recursos no Processo do Trabalho é CORRETO dizer que:

- a) Estão dispensadas do preparo recursal as empresas em recuperação judicial ou em regime de falência;
- b) As fundações públicas estão isentas de realizar o recolhimento das custas processuais, exceto se explorarem atividade econômica.
- c) A Empresa Brasileira de Correios e telégrafos não goza de prazo em dobro para recorrer, mas está dispensada do recolhimento do depósito recursal;
- d) Havendo condenação solidária de várias empresas, se uma delas efetuar o depósito recursal as demais estarão automaticamente dispensadas de fazê-lo;
- e) O depósito recursal sempre deverá ser feito na conta vinculada do FGTS do trabalhador.

57) No que é pertinente aos recursos no Processo do Trabalho, analise as seguintes proposições e ao final assinale a alternativa CORRETA.

I – Regra geral o recurso ordinário é o meio adequado para impugnar as decisões interlocutórias tomadas pelo Juiz de primeiro grau.

II – Não caberá qualquer espécie de recurso nas demandas cujo valor da causa não exceda dois salários mínimos.

III – Contra decisão que homologa os cálculos de liquidação cabe agravo de petição;

IV – Não pode o juiz de primeiro grau negar seguimento ao agravo de instrumento intempestivo.

- a) As proposições I e IV estão corretas e as proposições II e III incorretas;
- b) As proposições I e III estão corretas e as proposições II e IV incorretas;
- c) As proposições II e III estão corretas e as proposições I e IV incorretas.
- d) As proposições II, III e IV estão corretas a proposição I incorreta;
- e) As proposições I, II e III estão corretas e a proposição IV incorreta.

58) Quanto à ação rescisória, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Não procede pedido formulado na ação rescisória por violação literal de lei se a decisão rescindenda estiver baseada em texto legal infraconstitucional de interpretação controvertida nos Tribunais.
- b) O marco divisor quanto a ser, ou não, controvertida, nos Tribunais, a interpretação dos dispositivos legais citados na ação rescisória é a data da inclusão, na Orientação Jurisprudencial do TST, da matéria discutida.
- c) O prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não.
- d) Salvo se houver dúvida razoável, a interposição de recurso intempestivo ou a interposição de recurso incabível não protraí o termo inicial do prazo decadencial.
- e) O juízo rescindente está adstrito à certidão de trânsito em julgado juntada com a ação rescisória, não podendo formar sua convicção através de outros elementos dos autos quanto à antecipação ou postergação do "dies a quo" do prazo decadencial.

59) - Quanto ao tema dissídio coletivo, assinale a alternativa que contém uma afirmação FALSA à luz da jurisprudência do TST:

- a) Não se presta o dissídio coletivo de natureza jurídica à interpretação de normas de caráter genérico.
- b) O dissídio coletivo não é meio próprio para o Sindicato vir a obter o reconhecimento de que a categoria que representa é diferenciada, pois esta matéria - enquadramento sindical - envolve a interpretação de norma genérica.
- c) A comprovação da legitimidade *ad processum* da entidade sindical, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, não mais exige o registro no órgão competente do Ministério do Trabalho.
- d) É pressuposto indispensável à constituição válida e regular da ação a apresentação em forma clausulada e fundamentada das reivindicações da categoria.
- e) É desnecessária a homologação, por Tribunal Trabalhista, do acordo extrajudicialmente celebrado, sendo suficiente, para que surta efeitos, sua formalização perante o Ministério do Trabalho.

60) - No que se refere ao dissídio coletivo e à ação de cumprimento, assinale a

alternativa que contém uma afirmação FALSA de acordo com a legislação e a jurisprudência do TST:

- a) O prazo de prescrição com relação à ação de cumprimento de decisão normativa flui apenas da data de seu trânsito em julgado.
- b) A sentença normativa proferida por Tribunal Regional do Trabalho poderá ser objeto de ação de cumprimento a partir do 20º (vigésimo) dia subsequente ao do julgamento, fundada no acórdão ou na certidão de julgamento, salvo se concedido efeito suspensivo pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.
- c) Decorrido mais de 1 (um) ano de sua vigência, caberá revisão das decisões que fixarem condições de trabalho, quando se tiverem modificado as circunstâncias que as ditaram, de modo que tais condições se hajam tornado injustas ou inaplicáveis.
- d) De acordo com a jurisprudência do TST, em dissídio coletivo somente há a formação de coisa julgada sob o aspecto formal.
- e) Em dissídio coletivo, formalizado o acordo pelas partes e homologado pelo Tribunal, não caberá qualquer recurso, nem mesmo por parte do Ministério Público.

61) - Quanto ao regramento legal da ação civil pública, assinale a alternativa FALSA:

- a) Tem legitimidade para propor a ação civil pública, dentre outros, a Defensoria Pública, autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista.
- b) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.
- c) Todos os legitimados à propositura da ação poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.
- d) Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.
- e) Na ação coletiva em que se deduza pretensão referente a direitos ou interesses individuais homogêneos haverá a formação de coisa julgada *erga omnes*, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, sendo que, em caso de improcedência do pedido, os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual.

DIREITO CONSTITUCIONAL

62 - A respeito da classificação das constituições e dos elementos que são revelados pela estrutura normativa da Constituição (teoria da categoria dos elementos constitucionais), de acordo com a doutrina, assinale qual das alternativas abaixo contém uma afirmação FALSA:

- a) Elementos orgânicos são as normas que regulam a estrutura e organização do Estado e do Poder.
- b) Elementos de estabilização constitucional são os que se acham

consubstanciados nas normas que estabelecem regras de aplicação das constituições, como o preâmbulo e as disposições constitucionais transitórias.

c) Elementos limitativos correspondem às normas que consubstanciam o elenco dos direitos democráticos e dos direitos fundamentais do homem e respectivas garantias constitucionais.

d) As constituições podem ser classificadas como materiais ou formais (quanto ao conteúdo), escritas ou não escritas (quanto à forma) e dogmáticas ou históricas (quanto ao modo de elaboração), dentre outras classificações mencionadas na doutrina.

e) Elementos sócio-ideológicos consubstanciam-se nas normas que revelam o caráter de compromisso das constituições modernas entre o Estado individualista e o Estado Social intervencionista, como as normas que, na Constituição da República de 1988, regulam a ordem econômica e social.

63 – Quanto ao tema controle de constitucionalidade, assinale a alternativa que corresponde a uma afirmação VERDADEIRA:

a) O Presidente da República, o Procurador-Geral da República e a Mesa do Congresso Nacional são alguns daqueles dotados de expressa legitimação constitucional para propor ação direta de inconstitucionalidade.

b) À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, qualquer lei federal em vigor pode ser declarada inconstitucional em ação direta de inconstitucionalidade.

c) De acordo com a jurisprudência mais recente do Supremo Tribunal Federal, o preâmbulo constitucional não pode ser considerado parâmetro para aferição da constitucionalidade de leis ou atos normativos em ação direta de inconstitucionalidade.

d) Somente os legitimados a propor ação direta de inconstitucionalidade podem apresentar reclamação perante o Supremo Tribunal Federal por desrespeito a decisões que sejam dotadas de força vinculante.

e) De acordo com a Constituição da República de 1988, o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade, mas não em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

64 – Marque a alternativa que corresponde a uma afirmação VERDADEIRA:

a) O Supremo Tribunal Federal, de acordo com sua reiterada jurisprudência, não admite a utilização da reclamação constitucional contra nova lei editada pelo Poder Legislativo, quando o fundamento da reclamação consiste no fato de a nova lei ter conteúdo idêntico a outra declarada inconstitucional por aquela Corte em ação direta de inconstitucionalidade, eis que os efeitos vinculantes desta não se estendem, em tema de produção normativa, ao Poder Legislativo.

b) A cautelar concedida em ação direta de inconstitucionalidade necessariamente terá efeitos *ex nunc*, não podendo ser concedidos efeitos retroativos à medida, ante a presunção de constitucionalidade de que gozam os atos normativos.

c) Não é permitido ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

d) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados; quanto à ação para cujo julgamento mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados, o julgamento caberá ao Tribunal Superior correspondente – por exemplo, se a origem for um Tribunal Regional do Trabalho, ao Tribunal Superior do Trabalho -, somente havendo julgamento pelo Supremo Tribunal Federal na fase recursal.

e) A lei admite a desistência da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade após o respectivo ajuizamento, desde que fundamentada pelo autor em razões de interesse público.

65 – Em relação às regras constitucionais pertinentes às prerrogativas da Fazenda Pública nas execuções em seu desfavor, marque a alternativa que corresponde a uma afirmação FALSA:

a) Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para obrigações definidas como de pequeno valor, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.

b) Quanto aos valores das obrigações de pequeno valor, às quais não se aplica o regime de expedição de precatórios, poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social.

c) As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva.

d) Caso tenha havido o regular contraditório na fase de execução, não há regra que determine, antes da expedição dos precatórios, oportunizar à Fazenda Pública devedora manifestar-se para informar sobre os débitos que preenchem as condições estabelecidas na Constituição Federal para fins de compensação sob pena de perda de direito do abatimento, eis que já terá tido oportunidade de informar a respeito no prazo para opor embargos à execução.

e) É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

66 – De acordo com a Constituição da República de 1988, a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. Assinale o item que NÃO corresponde a um princípio consagrado

expressamente na Constituição quanto à ordem econômica:

- a) Função social da propriedade.
- b) Defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- c) Livre associativismo e cooperativismo.
- d) Redução das desigualdades regionais e sociais.
- e) Busca do pleno emprego.

67 – À luz do rol dos direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988, assinale a alternativa que corresponde a uma afirmação VERDADEIRA:

- a) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo, durante o dia em caso de flagrante delito, ou desastre, ou para prestar socorro, ou, em qualquer caso, por determinação judicial.
- b) As entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de expressa autorização.
- c) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, ou seja, apenas quando a condenação fizer com que alguém fique preso além do tempo fixado na sentença.
- d) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político, organização sindical, entidade de classe ou associação, exigindo-se de todos estes que estejam legalmente constituídos e em funcionamento há pelo menos um ano.
- e) O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

68 – A respeito do regime constitucional das medidas provisórias, a Constituição de 1988 traz um rol das matérias que não podem ser objeto destas. Assinale a opção que NÃO corresponde a uma matéria prevista no rol de vedações constitucionais a respeito da edição de medidas provisórias:

- a) Matéria relativa a nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais.
- b) Matéria relativa a direito penal, processual penal e processual civil.
- c) Que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.
- d) Matéria reservada a lei complementar.
- e) Matéria relativa a organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.

69 – No que tange aos princípios constitucionais e à interpretação constitucional, marque a opção CORRETA à luz da doutrina constitucional contemporânea:

- a) Os princípios constitucionais tem função informadora e interpretativa, não detendo força normativa, de modo que não servem para reger situações em concreto ou investir indivíduos em posições jurídicas favoráveis, em especial quando se tratar de princípios de maior abstração e menor densificação normativa, como a dignidade da pessoa humana.
- b) De acordo com o princípio da efetividade, as normas constitucionais tem sempre eficácia jurídica, são imperativas e sua inobservância espontânea

enseja aplicação coativa. A uma norma constitucional, ainda à luz do referido princípio, deve ser atribuído o sentido que maior eficácia lhe dê.

c) A classificação das normas constitucionais em auto-executáveis e não auto-executáveis revela-se compatível com a atual doutrina constitucionalista, eis que há normas que, na ausência de regulamentação, não poderão ser dotadas de efetividade ou eficácia, nem mesmo a eficácia de caráter meramente negativo (ou seja, obstativa da produção legislativa contrária à norma constitucional).

d) A colisão entre princípios constitucionais acarreta a solução pela hierarquia das normas, prevalecendo aquele hierarquicamente superior em detrimento do inferior, eis que não é viável, no caso concreto, a incidência simultânea de dimensões de dois princípios conflitantes.

e) A consagração expressa do princípio da razoabilidade na Constituição da República de 1988 contribuiu para a sua melhor aceitação pela doutrina e pela jurisprudência.

70 - Analisando se os itens abaixo (I a III) contêm proposições verdadeiras ou falsas, indique qual alternativa corresponde, em ordem sequencial, ao CORRETO resultado de tal análise:

(I) O Supremo Tribunal Federal vem reconhecendo a existência do fenômeno da transcendência dos motivos determinantes que embasaram a decisão proferida por aquela Corte em processo de fiscalização normativa abstrata, em ordem a proclamar que o efeito vinculante refere-se, também, à própria *ratio decidendi*, projetando-se, em consequência, para além da parte dispositiva do julgamento, *in abstracto*, de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade daquela norma.

(II) Aplicando a norma segundo a qual é vedada a vinculação do salário mínimo para qualquer fim, o Supremo Tribunal Federal recentemente vem decidindo que não pode ele ser utilizado como base de cálculo de vantagem de servidor público ou empregado, de modo que, ainda de acordo com aquela Corte, não poderá o Judiciário determinar o cálculo de vantagem remuneratória sobre o salário mínimo quando a lei assim o preveja, devendo o juiz, ainda de acordo com aquela Corte, valer-se da analogia, equidade ou dos princípios gerais do direito para substituir a base de cálculo prevista na lei inconstitucional por outra.

(III) Dentre as modalidades de eficácia dos princípios constitucionais, a eficácia vedativa do retrocesso (ou vedação do retrocesso) consiste na possibilidade de se reconhecer a invalidade da revogação de normas que concedam ou ampliem direitos fundamentais quando a revogação em questão não seja acompanhada de uma política substitutiva e deixe um vazio normativo em seu lugar.

a) item I: falsa; item II: falsa; item III: verdadeira.

b) item I: verdadeira; item II: verdadeira; item III: falsa.

c) item I: verdadeira; item II: falsa; item III: verdadeira.

d) item I: verdadeira; item II: verdadeira; item III: verdadeira.

e) item I: falsa; item II: verdadeira; item III: falsa.

71 - No que concerne à teoria dos direitos fundamentais, assinale a alternativa CORRETA:

a) Os direitos fundamentais foram concebidos para regular a relação do

indivíduo com o Estado, como direitos de proteção contra o arbítrio, de modo que, mesmo na atualidade, direitos clássicos como a igualdade não tem aplicação nas relações jurídicas entre particulares.

b) A consagração da dignidade da pessoa humana na Constituição de 1988 como princípio fundamental da República (art. 1º) e não como expresso direito fundamental típico (art. 5º) significa que dele não podem ser deduzidas posições jurídico-fundamentais, mormente de natureza subjetiva, mesmo porque não é lícito reconhecer direitos e garantias não expressos na Constituição de 1988, nem mesmo se decorrentes dos princípios por ela adotados.

c) O catálogo dos direitos fundamentais na Constituição de 1988 cinge-se àqueles previstos nos arts. 5º a 8º da Carta.

d) O reconhecimento de uma dimensão objetiva dos direitos fundamentais significa que tais direitos irradiam seus efeitos pelo ordenamento jurídico (eficácia irradiante), no sentido de que, na sua condição de direito objetivo, os direitos fundamentais fornecem impulsos e diretrizes para a aplicação e interpretação do direito infraconstitucional, apontando para a necessidade de uma interpretação conforme aos direitos fundamentais.

e) A reserva do possível consiste em uma argumentação juridicamente válida para limitar a eficácia dos direitos fundamentais, significando que a realização dos direitos fundamentais é uma tarefa confiada aos agentes políticos detentores de mandato eletivo escolhidos como tais pelo povo, não sendo possível, diante da declaração da autoridade do Poder Executivo a respeito da inexistência de previsão orçamentária para a satisfação de um direito fundamental, a concessão de provimento jurisdicional em sentido contrário com vistas a assegurar a fruição de determinado direito, como à vida ou à saúde, no caso concreto.

72 - Em relação ao Poder Judiciário, marque a alternativa que contém uma afirmação FALSA:

a) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.

b) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros

c) O Conselho Nacional de Justiça poderá receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.

d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, bem como entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos, salvo os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal, os quais serão julgados pelo Supremo Tribunal Federal.

e) Compete ao Supremo Tribunal Federal a homologação de sentenças estrangeiras.

73 - Assinale a alternativa FALSA:

- a) A proteção ao meio ambiente deve ser assegurada em todas as suas dimensões, a despeito de a Constituição de 1988 não ter feito menção expressa ao meio ambiente do trabalho.
- b) São subprincípios do princípio da proporcionalidade a adequação, a vedação do excesso e proporcionalidade em sentido estrito, sendo relevante sua utilização na solução de conflitos aparentes entre normas constitucionais.
- c) A iniciativa popular no processo legislativo exerce-se pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles, não havendo, outrossim, previsão na Constituição a respeito da apresentação de emendas constitucionais de iniciativa popular.
- d) O Supremo Tribunal Federal, superando entendimento outrora adotado a respeito do mandado de injunção, passou a admitir, em algumas situações, a adoção de uma solução “normativa” para a decisão judicial como alternativa legítima de tornar a proteção judicial efetiva, autorizando a fruição imediata do direito fundamental, valendo-se, para tanto, de parâmetros legislativos infraconstitucionais existentes a respeito da matéria, com as conformações realizadas pela Corte Constitucional.
- e) Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas na Constituição como sendo de competência legislativa da União, como direito do trabalho.

DIREITO CIVIL

74) A respeito da obrigação de dar coisa certa, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) a obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso;
- b) se a coisa se perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, ou pendente a condição suspensiva, fica resolvida a obrigação para ambas as partes;
- c) se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente e mais perdas e danos;
- d) se deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu;
- e) se deteriorada a coisa, sendo culpado o devedor, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, porém, neste último caso sem direito de exigir indenização das perdas e danos.

75) Constitui uma característica da cláusula *rebus sic stantibus*, ou teoria da imprevisão:

- a) a alteração radical no ambiente objetivo existente ao tempo da formação do contrato, decorrente de circunstâncias previstas ou previsíveis;
- b) a onerosidade excessiva para o devedor, porém compensada por outras vantagens auferidas anteriormente;
- c) o inadimplemento, pelo credor, de sua obrigação contratual;

- d) o enriquecimento inesperado e injusto para o credor, como consequência direta da superveniência imprevista;
- e) o enriquecimento excessivo do credor, embora esperado pelas partes no momento da celebração do contrato.

76) A impenhorabilidade do bem de família é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciário, trabalhista ou de qualquer outra natureza, salvo se movido:

- a) pelo portador de título de crédito;
- b) para cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função de qualquer imóvel pertencente à família;
- c) em razão de crédito de trabalhadores da própria residência e das respectivas contribuições previdenciárias;
- d) por obrigação decorrente de fiança bancária;
- e) em razão de crédito decorrente de ação trabalhista movida por empregados em geral.

77) Nos contratos de execução continuada ou diferida, a onerosidade excessiva prevista no art. 478 do Código Civil, altera essencialmente a característica contratual da:

- a) bilateralidade;
- b) comutatividade.
- c) unilateralidade;
- d) onerosidade;
- e) gratuidade.

78) Constitui prazo decadencial:

- a) O prazo de um ano para ação de pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários;
- b) o prazo de dois anos, após a extinção do contrato de trabalho, para o empregado ingressar com ação trabalhista contra seu ex-empregador;
- c) o prazo de um ano para ajuizamento de ação envolvendo pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele;
- d) o prazo de três anos para ajuizamento de ação versando sobre a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos;
- e) o prazo de dois anos para propositura de ação rescisória.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

79) A respeito do contrato de aprendizagem, assinale a alternativa CORRETA:

- a) pode ser celebrado para trabalhadores com idade não inferior a 14 (quatorze) e nunca superior a 24 (vinte e quatro) anos de idade;
- b) trata-se de contrato especial, por prazo determinado, não podendo ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência;
- c) a comprovação da escolaridade de aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, a possibilidade de acompanhamento de um responsável legal;

- d) nas localidades onde não houver oferta de ensino fundamental, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola;
- e) o contrato de aprendizagem pode ser escrito ou verbal, tácito ou expresso e por tempo determinado ou indeterminado.

80) A respeito dos direitos do empregado aprendiz, assinale a alternativa CORRETA:

- a) a duração do trabalho do aprendiz não excederá de 6 (seis) horas diárias, salvo se já houver concluído o ensino fundamental, caso em que o limite pode ser de até 8 (oito) horas, já computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica e sendo vedadas a prorrogação e a compensação da jornada;
- b) a alíquota do FGTS do aprendiz corresponde a 8% (oito por cento) sobre o salário recebido no mês anterior;
- c) o aprendiz tem direito à percepção do salário mínimo mensal, salvo disposição mais favorável em norma coletiva, independentemente de sua jornada de trabalho;
- d) o prazo prescricional não corre contra o empregado aprendiz, independentemente de sua idade;
- e) não é lícito ao adolescente aprendiz firmar recibo pelo pagamento dos salários, nem rescisão do contrato de trabalho sem a representação ou assistência dos seus responsáveis legais.

BLOCO III

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

81) A respeito dos efeitos da revelia, assinale a alternativa INCORRETA

- a) contra o revel que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório;
- b) ocorrida a revelia, o autor não poderá alterar o pedido, ou a causa de pedir, salvo se promover nova citação do réu;
- c) o revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar;
- d) reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor se o réu não contestar a ação, salvo se a ação for movida contra órgão da administração pública;
- e) se o réu não contestar a ação, o juiz, verificando que não ocorreu o efeito da revelia, mandará que o autor especifique as provas que pretenda produzir na audiência.

82) *André* moveu contra *Maria Alice* ação de reconhecimento de domínio (reivindicatória) em face de um imóvel situado no centro de Cuiabá, a qual se encontra na fase de instrução processual. No entanto, acreditando que o imóvel, na verdade, lhe pertence, por ter o registro anterior aos demais, *João Antonio* pretende intervir na lide na condição de terceiro interessado, reivindicando para si o direito de propriedade que recai sobre o referido imóvel. Neste caso, deverá fazê-lo através do instituto da:

- a) denúncia da lide;
- b) oposição;

- c) assistência;
- d) nomeação à autoria;
- e) chamamento ao feito.

83) *Leandro*, pintor, empregado de uma empresa de construção civil, foi designado por esta para realizar a pintura da fachada da loja Armazinhos São Benedito. Ocorre que, como o material fornecido pela empregadora foi de má qualidade, a pintura acabou provocando prejuízos à loja contratante. Inconformada, esta ingressou com ação de indenização contra *Leandro*. Admitindo-se esta hipótese, poderá o réu:

- a) nomear à autoria a empregadora, alegando que praticou o ato em cumprimento a instrução desta;
- b) denunciar à lide a empregadora, a fim de se prevenir contra a evicção;
- c) chamar ao processo a empregadora por se tratar de responsabilidade solidária;
- d) requerer a assistência processual da empregadora, por se tratar de interesses que lhes são comuns;
- e) oferecer oposição ao autor, por não ser responsável pela dívida.

84) Dependem de prova os fatos:

- a) notórios;
- b) afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária;
- c) em cujo favor milita presunção contratual de existência ou de veracidade;
- d) admitidos, no processo, como incontroversos;
- e) em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.

85) - A respeito do recurso adesivo assinale a alternativa INCORRETA:

- a) será interposto perante a autoridade competente para admitir o recurso principal, no prazo de que a parte dispõe para responder;
- b) será admissível na apelação, nos embargos infringentes, no recurso extraordinário e no recurso especial;
- c) não será conhecido se houver desistência do recurso principal;
- d) não será admissível no agravo de instrumento;
- e) será conhecido ainda que o recurso principal seja declarado inadmissível.

86) - Segundo o art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Esta regra consagra o princípio:

- a) da indelegabilidade da jurisdição;
- b) da inafastabilidade da jurisdição;
- c) do juiz natural;
- d) da inevitabilidade da jurisdição;
- e) da indeclinabilidade.

87) - Em relação à prova testemunhal, a lei considera impedido:

- a) o condenado por crime de falso testemunho, havendo transitado em julgado a sentença;
- b) o que, por seus costumes, não for digno de fé;
- c) o inimigo capital da parte, ou o seu amigo íntimo;
- d) o que é parte na causa;

e) o que tiver interesse no litígio

88 - Kleber adquiriu de Epifânio, por intermédio de um contrato particular de compra e venda, um bem móvel que sabia ser objeto de litígio judicial entre o alienante e José Antonio. Requereu, então, seu ingresso na lide em substituição a Epifânio, o que este, depois de ouvido, recusou-se. Neste caso:

- a) o juiz deverá determinar a substituição da parte, apesar da irresignação do alienante, pois no caso operou-se a alteração da legitimidade das partes;
- b) o adquirente, Kleber, ficará impossibilitado de intervir no processo, em face de já se ter aperfeiçoado a relação processual;
- c) o adquirente, Kleber, poderá intervir no processo da condição de assistente do alienante;
- d) o juiz deverá determinar a substituição do procurador do alienante;
- e) o juiz determinará a extinção do processo sem resolução de mérito.

89 - Quando o autor formular mais de um pedido, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior, diz-se que formulou pedido:

- a) unitário;
- b) sucessivo;
- c) alternativo;
- d) cumulativo;
- e) genérico.

90 - A respeito da apelação e seus efeitos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) ocorrendo julgamento *ultra petita*, o Tribunal que conhecer da apelação não poderá reformar a sentença, mas sim declarar sua nulidade e retorno dos autos à origem para que seja proferida nova decisão adstrita aos limites do pedido;
- b) quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais;
- c) nos casos de extinção do processo sem resolução do mérito, o tribunal pode julgar desde logo a lide, desde que estejam presentes os requisitos da causa madura previstos no art. 515, § 3º, do CPC;
- d) ocorrendo nulidade sanável, o tribunal poderá determinar a realização ou renovação do ato processual, intimadas as partes; cumprida a diligência, sempre que possível prosseguirá o julgamento da apelação;
- e) as questões de fato, não propostas no juízo inferior, poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

91- De acordo com a Convenção nº 182 da OIT, indique qual das seguintes alternativas NÃO está abrangida na expressão "piores formas de trabalho infantil", dentre as já definidas como tais por aquela Convenção:

- a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas, tais como venda ou tráfico, cativo ou sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou obrigatório;
- b) a utilização, demanda, oferta, tráfico ou aliciamento para fins de exploração sexual comercial, produção de pornografia ou atuações pornográficas;

- c) a utilização, recrutamento e oferta de adolescente para outras atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas;
- d) o recrutamento forçado ou compulsório de adolescente para ser utilizado em conflitos armados.
- e) a utilização do trabalho da criança ou adolescente na construção civil e na metalurgia.

92 - À luz da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, assinale a alternativa que NÃO corresponde a um direito fundamental previsto como tal na referida declaração:

- a) a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva.
- b) a eliminação das fraudes na formalização das relações de trabalho.
- c) a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório.
- d) a efetiva abolição do trabalho infantil.
- e) a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

93 - A respeito da aposentadoria especial, assinale a alternativa CORRETA:

- a) a aposentadoria especial será devida ao segurado a partir do desligamento do emprego, independentemente da data do requerimento;
- b) o valor da renda mensal corresponderá a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, não podendo ser inferior ao salário mínimo, nem superior ao limite máximo do salário-de-contribuição;
- c) a concessão da aposentadoria especial depende de prova de trabalho em condições especiais que prejudiquem a saúde e a integridade física, ainda que ocasionais e intermitentes;
- d) o tempo de trabalho exercido em condições especiais não poderá ser somado ao tempo de trabalho exercido em atividade comum;
- e) a aposentadoria especial será devida ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 35 (trinta e cinco) anos.

94 - Se houver necessidade de assistência permanente de outra pessoa ao aposentado por invalidez, este:

- a) terá direito a um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da aposentadoria por invalidez, ainda que esta tenha atingido o limite máximo legal;
- b) terá direito a um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da aposentadoria por invalidez, limitado, porém, ao teto máximo legal do benefício;
- c) não terá direito a qualquer acréscimo sobre o valor do benefício;
- d) terá direito, além da aposentadoria por invalidez, a um abono anual;
- e) terá direito, além da aposentadoria por invalidez, a um abono trimestral.

95 - Independente de carência a concessão da seguinte prestação:

- a) auxílio-doença, em qualquer hipótese;
- b) aposentadoria por idade;

- c) pensão por morte;
- d) salário maternidade para a contribuinte individual;
- e) aposentadoria por invalidez, em qualquer hipótese.

96 - Integra o salário de contribuição:

- a) o salário-maternidade;
- b) a parcela "in natura" concedida pelo empregador de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo órgão competente, segundo as normas de regência;
- c) a importância recebida pelo empregado a título de abono de férias;
- d) o valor recebido em decorrência da cessão de direitos autorais;
- e) a importância recebida pelo empregado a título da indenização pela rescisão antecipada do contrato a termo de que trata o art. 479 da CLT.

DIREITO EMPRESARIAL

97 - A respeito da capacidade para exercer atividade de empresário e das sociedades que envolvam sócio incapaz, assinale a alternativa CORRETA:

- a) a pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responde pelas obrigações contraídas, pois a ausência de capacidade acarreta a nulidade dos atos praticados;
- b) a incapacidade superveniente de pessoa que antes exercia normalmente atividade própria de empresário acarreta a extinção da empresa;
- c) o Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais não poderá registrar o contrato ou alterações contratuais das sociedades que envolvam sócio incapaz se, ainda que presentes todos os demais pressupostos legais, o capital social não estiver totalmente integralizado;
- d) o sócio incapaz pode exercer a administração da sociedade;
- e) o empresário casado não pode, sem outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

98 - A respeito da sociedade em comum assinale a alternativa CORRETA:

- a) a existência da sociedade em comum pode ser provada apenas por escrito;
- b) os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum;
- c) os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, ainda que exista pacto expresso limitativo de poderes;
- d) os sócios respondem pelas obrigações sociais de forma limitada à sua participação societária;
- e) a responsabilidade de um sócio será subsidiária em relação àquele que tenha praticado ato lesivo a direitos de terceiros.

99 - Sobre a letra de câmbio é CORRETO afirmar que:

- a) deve ser emitida em modelo padronizado, sendo nula se emitida em qualquer papel, ainda que preenchidos os requisitos legais;
- b) é inadmissível sua emissão em moeda estrangeira;
- c) apresentada a letra ao sacado, este pode pedir nova apresentação no prazo de 10 (dez) dias, a fim de refletir sobre o lançamento ou não do aceite, o qual se denomina "prazo de respiro";

- d) prescreve em 10 (dez) anos a pretensão de haver o seu pagamento, nesta condição;
- e) se for emitida ou aceita com omissões, ou em branco, pode ser completada pelo credor de boa-fé antes da cobrança ou do protesto;

100 - Sobre a recuperação extrajudicial, assinale a alternativa CORRETA:

- a) o devedor não poderá requerer a homologação de plano extrajudicial, se estiver pendente pedido de recuperação judicial ou se houver obtido recuperação judicial ou homologação de outro plano de recuperação extrajudicial há menos de 2 (dois) anos;
 - b) constitui um procedimento exclusivamente extrajudicial, não sujeito à apreciação ou homologação judicial;
 - c) o pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial acarreta suspensão de direitos, ações ou execuções;
 - d) após a distribuição do pedido de homologação, os credores poderão desistir da adesão ao plano, independentemente da anuência expressa dos demais signatários;
 - e) o pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial acarreta na impossibilidade do pedido de decretação de falência pelos credores não sujeitos ao plano de recuperação extrajudicial.
-